ATA DA 73ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XV PLENÁRIO REALIZADA EM 27/07/2019.

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezenove, com início às 09 horas, realizou-se a 73ª Plenária do XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Aparecida Maria de Souza B. Cruvinel, Dalcira Ferrão, Eriane Sueley de Souza Pimenta, Érica Andrade Rocha, Felipe Viegas Tameirão, Letícia Gonçalves, Odila Maria Fernandes Braga, Stela Maris Bretas Souza e Túlio Louchard Picinini Teixeira, e os **Conselheiros Suplentes** Ernane Gonçalves Maciel, Filippe de Mello Lopes, Marília Fraga Cerqueira Melo, Paula Lins Khoury, Roseli Aparecida de Melo, Vilene Eulálio Magalhães, Waldomiro Epifânio Bueno Salles e Yghor Queiroz Gomes. **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o quórum dos Conselheiros Efetivos presentes, totalizando 09, tendo o Plenário elevado à condição de conselheiras(os) efetivas(os) Roseli Aparecida de Melo, Vilene Eulálio Magalhães, Waldomiro Epifânio Bueno Salles, Yghor Queiroz Gomes, Ernane Gonçalves Maciel e Filippe de Mello Lopes. **Justificativas de ausência:** Cláudia Natividade, Délcio Fernando Guimarães Pereira, Flávia Gotelip Corrêa Veloso, Leila Aparecida Silveira, Madalena Luiz Tolentino, Márcia Mansur Saadallah, Reinaldo da Silva Júnior, Rita de Cássia de Araújo Almeida e Robson Rocha de Souza, justificaram ausência. ***Assuntos tratados:*** Processo Seletivo Simplificado: Conselheiro Felipe Tameirão informou que foi realizado o Processo Seletivo Simplificado para substituição temporária da Psicóloga Fiscal Marcela. A psicóloga Gabriella Jeremias Soares foi convocada e está sendo treinada. A Psicóloga Fiscal Marcela Goulart Fontes foi convocada pelo Concurso Público Edital 01/2015 para a Subsede Centro-Oeste e vem executando as suas atividades. Acordo Coletivo de Trabalho/ACT 2019-2020: Conselheira Stela Maris informou que o Sindicato dos Empregados de Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional de Minas Gerais/SINDECOFE-MG e o Sindicato das Psicólogas e Psicólogos de Minas Gerais/PSIND-MG se reuniram com a Diretoria no dia 12/07/2019 para tratar do Acordo Coletivo 2019/2020. Na reunião foi mantida todas as cláusulas, sendo reajustado o índice acumulado do INPC 5,0747 e 2% de ganho real. A Diretoria acatou a proposta e apresentou ao Plenário para referendar a decisão. **Deliberação:** O XV Plenário referendou a decisão da Diretoria e solicitou informar aos Sindicatos. Programação meses de Julho e Agosto em Uberaba: Conselheira Odila Braga informou que acontecerá a Semana de Psicologia da UFTM e durante o evento terá uma mesa sobre emergências e desastres e a coordenadora da Comissão de Psicologia nas Emergências e Desastres Lilian Garate participará. Em relação ao debate sobre o tema da adoção contextualizou que em Uberaba os casos são vários e há uma dificuldade política para promover a discussão do assunto. Informou que acontecerá o evento no dia 27/08/2019 à noite em Uberaba-MG, com a participação duas pessoas Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes sendo uma de Uberaba e outra de Sete Lagoas (Ana Cláudia), caso esta não possa a colaboradora Jeanyce Gabriela Araújo será convidada. Participação na Roda sobre Psicopatologia: Conselheira Odila Braga apresentou roda de Conversa sobre Psicopatologia dentro das atividades da I Mostra de Formação em Psicologia relativo a apresentação de pacientes em hospitais psiquiátricos a estudantes na disciplina de Psicopatologia. A roda contou com boa participação. A médica psiquiátrica Ana Marta Lobosque e a Diretora da ASUSSAM Sílvia participaram da Roda. Na oportunidade foram entregues as 3 cartas (uma da Assusam, uma publicada pelo CFP e a outra pelo CRP-04) contrárias a prática de apresentação de pacientes em hospitais psiquiátricos. Implantação do Programa Criança Feliz e a roda de discussão pela Comissão do Suas/Uberaba: Conselheira

Odila Braga informou que o CMAS Uberaba aprovou a adesão do Programa Criança Feliz no ano retrasado, apesar de todos os posicionamentos contrários que se manifestaram no dia desta votação e está sendo implementado na cidade. O programa está sendo executado por estagiárias do Curso de Psicologia da UniUbe. A Colaboradora Deborah Akerman participou de reunião ampliada da Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social no dia 17/07 em Uberaba-MG e fez um material bem denso e qualificado contrário ao Programa Criança Feliz. Minas Gerais não aderiu ao Programa Criança Feliz, porém em Uberaba-MG a gestão municipal está seguindo o Programa. Propôs dar publicidade ao texto produzido pela Colaboradora Deborah Akerman no site do CRP-04. Conselheira Erica Andrade informou que o programa foi oferecido em todos os Estados e nem todos aderiram. Os municípios estão sendo assediados a aderirem, não tendo uma unidade de organização. Como propostas de encaminhamento sugeriu fazer alinhamento por meio de rodas de conversa com quem está implementando (estagiários, gestores) para o trabalho ser executado da mesma forma, promover discussão em Conferências, criar GTs nos Conselhos de Assistência Social. COF: Conselheiro Túlio Picinini apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Assinaturas dos textos publicados pelo Conselho: O Conselheiro Túlio Picinini apresentou pedido de que o texto na coluna da COF da Revista Minas Gerais seja assinado pela Psicóloga Fiscal que escreveu como autoria. O texto é uma produção coletiva da COF. A Conselheira Stela Maris propôs fazer uma Resolução para tratar de publicação do Conselho e de regulação da ficha catalográfica. A proposta do Conselheiro Túlio é de colocar o nome de quem escreveu como autoria e o nome de todas as psicólogas da Comissão que contribuíram. A Conselheira Odila Braga lembrou que nas publicações do CREPOP não são colocados os nomes das(os) colaboradoras(es) ad hoc como autores. **Deliberação:** O XV Plenário deliberou por colocar colocar o nome de quem escreveu como autoria e o nome de todas as psicólogas da Comissão que contribuíram. 2) Procedimentos Preparatórios contra Clínicas e hospitais psiquiátricas: Conselheiro Filippe de Mello informo que as Procuradorias da República do Ministério Público Federal em Minas Gerais estão entrando com demanda ao CRP-04 de avaliação de possíveis irregularidades e violações a direitos humanos como desdobramentos junto aos hospitais psiquiátricos, a partir das inspeções feitas. Chegaram ao CRP-04 Ofícios de Juiz de Fora, Governador Valadares e Sul de Minas e virão de outros municípios. A proposta é de fiscalizar ainda nesta gestão o Hospital Psiquiátrico de Itamonte. 3) Estágio de pós graduação de Psicologia: O Conselheiro Túlio Picinini informou que a COF recebeu consulta sobre posição do CRP-04 no que tange a “estágio de pós-graduação” de psicologia. Não há na normatização do Conselho nenhuma referência à “estágio de pós-graduação”. Em discussões junto a COF e Comissão de Psicologia e Formação Profissional verificou-se que não há conhecimento por este Conselho de prática de “estágio de pós-graduação” da forma proposta pela Resolução da Procuradoria de Geral de Justiça Nº 30 de 26 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o estágio para estudante de nível superior no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, incluindo estudantes de graduação e pós graduação. O estágio de pós-graduação tem a previsão de um ano, com carga horária de 5 horas diárias e bolsa de R$1205,00. A psicóloga supervisora (servidora do Ministério Público) questiona até que ponto ela pode/deve se responsabilizar/interferir nas atividades desenvolvidas pelos estagiários, uma vez que são psicólogas(os) já formadas. Até então a psicóloga tem pautado sua atuação da mesma forma como conduz estágio de graduação. Inclusive alega que as atividades desenvolvidas pelas(os) estagiárias(os) de graduação e pós-graduação são as mesmas. De toda a forma o Conselheiro Túlio Picinini considerou relevante o questionamento sobre a precarização do trabalho, pois ao invés das instituições

contratarem/abrirem vagas para psicólogas(os) enquanto profissionais, com todos os direitos trabalhistas e com mais condição de continuidade e acúmulo de experiência profissional, acabando contratando por meio de vínculo de estágio, psicólogas(os) já formadas(os). A Conselheira Vilene Eulálio propôs regulamentar esta modalidade de estágio, com definição de carga horária principalmente em casos de estágio não obrigatório. O Conselheiro Túlio Picinini propôs levar como indicativo para a próxima gestão. 4) Recomendações do XV Plenário: O Conselheiro Túlio Picinini informou que já é prática recorrente a elaboração de relatório da COF com informações do que foi realizado e indicativo de pontos para a próxima gestão e em relação ao que foi apresentado no início da gestão quase todas as propostas foram realizadas. O relatório será providenciado e apresentado para a próxima gestão. Avaliação Psicológica no contexto prisional: Conselheira Vilene Eulálio informou que a Avaliação Psicológica no contexto prisional sempre foi um problema porque o profissional que busca trabalhar a partir dos Direitos Humanos é mal visto. A Avaliação é feita com atendimentos de 30 minutos, não querem arcar os custos dos testes psicológicos, os presos vão levados sem condições diretamente para a avaliação psicológica. Ressaltou que as demandas de avaliação psicológica estão crescendo, não tem profissionais em quantidade suficiente e de modo geral sem a qualificação adequada para realizarem. Aconteceu um mutirão de avaliação psicológica e não foi dado os instrumentos psicológicos para utilização. Os profissionais que estão tentando fazer o serviço com qualidade estão sofrendo retaliação. Questionou ao Plenário de que forma o CRP-04 pode ajudar. Foi enviado denúncia à COF. O judiciário está solicitando avaliação psicológicas em crimes hediondos como estupro e latrocínio. Foi produzido um documento pela Comissão de Sistema Prisional para que se dê as condições de trabalho para o psicólogo possa atuar no contexto prisional. **Deliberação:** O XV Plenário deliberou por encaminhar à COF o documento produzido para colaboração e fiscalização e enviar ao MPF para articulação e discussão da situação dos profissionais psicólogos. Atribuição do psicólogo em retirada de posse e porte de arma de paciente de saúde mental que atue em Unidade Prisional: Conselheira Vilene Eulálio informou que os agentes prisionais fazem avaliação psicológica somente quando entram no serviço e não são mais realizados. Estes agentes portam armas e quando estão em situação de transtorno mental grave a perícia médica não suspende este porte. A psicologia valida o porte de arma e não há uma previsão de uma avaliação psicológica antes de retomar ao trabalho após afastamento médico. Entende que é necessário realizar a avaliação psicológica periódica destes profissionais. A Conselheira Vilene Eulálio propôs a discussão no Sistema Conselhos. CPTO – Projeto Gestão de Pessoas: Conselheira Aparecida Cruvinel informou que foi a Veli Consultoria entregou a ambientação e entendimento da realidade organizacional; elaborou e apresentou o Plano de Cargos e Salários que atenda às determinações do Ministério do Trabalho e Emprego e o bolograma. No momento está sendo finalizada a descrição das principais atribuições do Assistente Administrativo do Setor Jurídico aguardando a validação pela Gerencia Financeiro-Contábil e Assessoria Jurídica. Importante destacar que atualmente as atividades são realizadas pela equipe dos assistentes da cobrança e, a partir da nomeação de um assistente para o Jurídico, deverão ser alocadas neste Setor. O mesmo acontecendo com norma complementar dos cargos comissionados em fase de finalização. Quanto a Avaliação de performance contendo plano de ação e proposta para o acompanhamento estão acontecendo reuniões para validação. Para a próxima gestão será apresentado a metodologia de avaliação do clima organizacional, com plano de ação e acompanhamento; implantar do processo de saúde e segurança no trabalho; promover a apresentação e transferência dos processos para implantação do Setor de Gestão de Pessoas do CRP-04/MG. Vacância do cargo de Bibliotecária e

situação do CDI: Conselheiro Felipe Tameirão informou que o CRP-04 está com o cargo de bibliotecário em aberto e o concurso está vigente e com vaga para biblioteconomista. Informou que teve uma reunião com os Gerentes e Assessores juntamente com a Conselheira Dalcira Ferrão que foi responsável pelo eixo no Planejamento Estratégico. Houve um entendimento entre os Gerentes e Assessores de que fosse convocado e houve um argumento contrário da parte de um dos funcionários baseado na implantação do Projeto de Digitalização de Documentos. O Conselheiro Felipe Tameirão defendeu a contratação de bibliotecária. A Conselheira Dalcira Ferrão informou que a ex-funcionária Luciana Lacerda fez um relatório do que foi feito pelo CDI e lembrou que o espaço do CDI já está contemplado na Reforma da Sede. Apresentará para a próxima gestão as possibilidades de utilização do CDI e uma diretriz para o setor. Avaliou que é preciso ter alguém de conhecimento técnico para acompanhar a empresa contratada responsável pela Gestão de Documentos e para a implantação do SEI. **Deliberação:** O XV Plenário aprovou por 14 votos favoráveis e 1 contrário a convocação de bibliotecária pelo concurso público. PEC 108/2019: Conselheira Stela Maris apresentou o histórico das discussões informando que tiveram início a partir da proposta de destaque do Deputado Federal Tiago Mitrauld na Medida Provisória 873/2019. A proposta não foi levada adiante pela inconstitucionalidade, por ser tema de emenda a Constituição. Paralelamente foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição/PEC 108/2019 pelo Ministro da Economia Paulo Guedes que propõe a extinção dos Conselhos e apresentar Lei Federal para regulamentar a atividade dos Conselhos de classe. Avaliou que a proposta é o livre exercício profissional sem fiscalização. A Comissão de Constituição e Justiça deverá verificar a admissibilidade da matéria e indicar relator. No momento os Conselhos de Fiscalização estão realizando um trabalho político e ao mesmo tempo elaborando uma Campanha de Comunicação junto a sociedade. Internamente a Diretoria fez uma apresentação às(aos) funcionárias(os) do andamento das discussões contrárias a PEC 108/2019. Dia 29/07/2019 será realizada uma reunião de todos os CRPs em Brasília para discutir o que pode ser feito com a participação do Conselheiro Felipe Tameirão e o Assessor Jurídico Luiz Henrique representando o CRP-04. No dia 07/08/2019 acontecerá uma reunião em Brasília-DF no Gabinete do Deputado Federal Rogério Correia com a participação do Conselheiro Délcio Fernando. No dia 21/08/2019 ocorrerá o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais com assinatura de 232 assinaturas de deputados. Nota Técnica "A Atuação de Psicólogas/os com Mulheres/Mães e suas/seus Filhas/os em Situação de Vulnerabilidades": Conselheira Stela Maris informou que foi produzida em conjunto com o CRPs de São Paulo e da Bahia uma Nota Técnica com o título "A Atuação de Psicólogas/os com Mulheres/Mães e suas/seus Filhas/os em Situação de Vulnerabilidades" e solicitou que os Conselheiros lessem a Nota e fizessem os apontamentos e colocar como ponto de pauta para aprovação na próxima Plenária. A proposta é de fazer o lançamento da Nota no dia 22/08/2019 em Belo Horizonte-MG. Representante na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes: Conselheira Stela Maris informou que o Colaborador Giovanni Alberto da Silva está participando das Reuniões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e verificou a necessidade de ter outra representante para tratar do tema crianças. **Deliberação:** O XV Plenário deliberou pela indicação da Conselheira Eriane Pimenta na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Mudança na coordenação da Comissão Mulheres e Questões de Gênero: Conselheira Stela Maris informou que a Conselheira Cláudia Natividade saiu da coordenação da Comissão Mulheres e Questões de Gênero e indicou as colaboradoras Desirèe de Oliveira Carneiro Silva e Jeanyce Gabriela

Araújo como coordenadoras. **Deliberação:** O XV Plenário aprovou a mudança na coordenação e a indicação das colaboradoras Desirèe de Oliveira Carneiro Silva e Jeanyce Gabriela Araújo assumindo a condição de coordenadoras da Comissão Mulheres e Questões de Gênero. Nota contrária a posição do Movimento Psicologia em Ação: Conselheiro Filippe de Mello fez a leitura da Nota contrária ao Movimento Psicologia em Ação que se manifestou publicamente contra a participação do CRP-04 no Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas de Contagem-MG. A Conselheira Odila Braga sugeriu que na Nota tenha uma defesa da participação da sociedade civil nos Conselhos de Política Pública entre ela a de Álcool e outras Drogas e de apoio ao colaborador do CRP-04 no CMADC. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Felipe Viegas Tameirão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo Horizonte, 27 de julho de 2019.